



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Procuradoria Geral do Estado - PGE**  
**Procuradoria Geral junto à Secretaria de Estado do Obras e Serviços Públicos - PGE-SEOSP**

Informação nº 9/2025/PGE-SEOSP

**Consulente:** Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

**Assunto:** Análise quanto à necessidade ou não de republicação do Edital com reabertura de prazo.

**1. DO RELATÓRIO**

1. O processo em epígrafe aportou nesta Procuradoria Geral do Estado, conforme a Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO de (id. 0059219661), para manifestação quanto as informações contidas na referida Informação, especialmente quanto a necessidade ou não de republicação do Edital com reabertura de prazo.

2. Inicialmente, os autos já haviam tramitados por esta setorial, sendo emitido o Parecer nº 497/2024/PGE-SEOSP (id. 0055889746) e Despacho de aprovo id. 0055936432, e ainda a Informação nº 4/2025/PGE-SEOSP (id. 0057373496) e Despacho de aprovo id. 0057380833.

3. Assim, a presente manifestação restringe-se à análise da Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO de (id. 0059219661), especialmente quanto à necessidade ou não de republicação do Edital com reabertura de prazo.

4. É o necessário relatório.

**2. DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA**

5. Com esteio na Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905), as manifestações jurídicas poderão ser: I - parecer; II - informação; III - despacho:

**CAPÍTULO I**

**DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS**

Art. 2º As manifestações jurídicas da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia e de seus órgãos vinculados serão formalizadas por meio de:

I – Despacho;

II – **Informação**; e

III – Parecer

§ 1º Na elaboração das manifestações jurídicas:

I – em processos físicos, as páginas deverão ser numeradas e rubricadas; e

II – os trechos em língua estrangeira serão traduzidos em nota de rodapé, salvo quando se tratar de expressão breve de uso corrente.

§ 2º A manifestação jurídica indicará, expressamente, os atos e as manifestações anteriores que sejam, por meio dela, alterados ou revisados.

§ 3º Em caso de manifestação que esteja fundamentada em parecer normativo ou súmula administrativa, o Procurador do Estado poderá, em sua manifestação, apenas reproduzir o parecer normativo ou a súmula administrativa, dispensada a aprovação do Procurador-Geral do Estado em tais casos.

Art. 3º Em suas manifestações jurídicas, fica assegurado ao Procurador do Estado **a independência técnica e liberdade de atuação**, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 620/2011 e da Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil).

§1º Em caso de recusa de manifestação jurídica em processo que lhe for submetido à apreciação, o Procurador do Estado informará tal recusa, de maneira juridicamente fundamentada, ao Diretor da Procuradoria Especializada ou ao Procurador Geral do Estado, observado o artigo 9º e seus parágrafos.

§2º Caberá ao Diretor da Procuradoria Especializada ou, se for o caso, ao Procurador Geral do Estado, nos termos do artigo 9º desta Resolução, a emissão de manifestação jurídica em caso de recusa de manifestação por parte de Procurador do Estado, facultado ao Procurador Geral, no âmbito de sua competência, delegar atribuição a outro Procurador.

§3º O Diretor da Procuradoria Especializada ou, se for o caso, ao Procurador Geral do Estado, não aceitará a recusa de manifestação caso tal recusa tenha como motivação fundamentos jurídicos contrários aos dispostos nos incisos VI a X, do parágrafo 1º, do artigo 12 desta Resolução Normativa.

6. A informação é uma das formas de manifestação jurídica, devendo o Procurador subscritor se atentar ainda às matérias que podem ser analisadas, uma vez que a utilização de informação se restringe à manifestações simplificadas, que não necessitam maiores detalhamentos para que se chegue à conclusão, vejamos:

#### SEÇÃO II DA INFORMAÇÃO

Art. 5º A manifestação jurídica será elaborada sob a forma de informação quando se tratar de hipótese anteriormente examinada e nos casos de menor complexidade jurídica, admitindo pronunciamento simplificado.

§ 1º A informação dispensa a descrição pormenorizada da consulta, o histórico detalhado dos fatos, o sumário das questões a elucidar e a demonstração do raciocínio jurídico desenvolvido.

§ 2º Do embasamento jurídico da informação deverá constar simples referência aos dispositivos da legislação aplicável, ao parecer respectivo, à obra doutrinária consultada e à fonte jurisprudencial.

§ 3º As informações emitidas pelas setoriais competentes terão numeração sequencial e única, reiniciada a cada ano.

Art. 6º As informações exaradas pelos Procuradores do Estado poderão dispor, entre outros casos, os seguintes:

I – Análise sobre reajuste de contrato com base em índices previamente estabelecidos no edital de licitação, termo de referência ou termo de contrato;

II – Análise de repactuação contratual com base em convenção coletiva de trabalho;

III – Disposições acerca do regime jurídico dos servidores públicos, desde que não diga respeito a atos que gerem ônus ao erário;

IV – Interpretação de cláusula contratual, desde que tal interpretação não gere ônus ao erário;

V – O modo de ser de uma relação jurídica, desde que não gere ônus ao erário.

7. Desta forma, entende-se que a matéria a ser analisada, por se tratar de autos já tramitados a esta procuradoria, considero que preenche o requisito necessário para a manifestação por Informação.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO

### 3.1. Da análise à manifestação na Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO.

8. Em análise à Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO de (id. 0059219661), verifica-se que a empresa [REDACTED], em que levantou o questionamentos que levantou a necessidade da presente análise:

9. Se na qualificação técnica aonde consta "alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto", não seria o termo correto "alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira". Isso porque para o item "alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto" estaria previsto o quantitativo de 48,60m<sup>2</sup> enquanto que para o item "alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira" estaria previsto o quantitativo de 6.361,23m<sup>2</sup>. E já na qualificação técnica está pedindo 3100m<sup>2</sup> de "alvenaria de vedação de elemento vazado", sendo que na planilha inteira só têm 48,60m<sup>2</sup> desse serviço".

10. A Equipe técnica elaborou a Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO de (id. 0059219661), em que informa que procedeu à revisão do orçamento, realizando a **inversão dos itens 103337 ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF\_12/2021 E 101161 ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO (COBOGÓ) DE 7X50X50CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF\_05/2020.**

11. A equipe técnica informa no item 2.2, que a referida revisão e inversão dos itens "*não implicará em nenhuma alteração no Edital, nem tampouco na Declaração Orçamentaria (0056995280), Estudo Técnico Preliminar 3 (0056971837), Minuta de Contrato 0056976960 e Plano de Contratações Anual SEOSP-2025 (0057326038).*", e que o "*orçamento final revisto para que seja devidamente adequado junto aos anexos disponibilizados aos licitantes, desde já esclarecendo que a presente adequação não implica em qualquer alteração substancial da proposta não ensejando portanto republicação do Edital e recontagem de prazo*".

### 3.2. Alteração de planilha orçamentária na fase de apresentação das propostas.

12. O art. 55 da Lei 14.133 estabelece os prazos mínimos que devem ser fixados no edital, a partir da sua divulgação, para a apresentação de propostas e lances nas licitações públicas pelos particulares interessados, ficando evidente (e nem poderia ser diferente) que prazo é tão mais extenso quanto mais complexo o contrato (tipo de contrato) ou o critério de julgamento adotado. E nada impede a fixação de prazos maiores se a complexidade da situação concreta assim exigir. O dispositivo estabelece os prazos mínimos que podem ser adotados pelo edital. A fixação de prazos muito exíguos pode limitar a participação de licitantes, com prejuízo à competitividade.

13. O objetivo é permitir que os particulares interessados em participar do certame tenham tempo suficiente para se preparar: levantando informações, obtendo e elaborando os documentos exigidos, organizando a sua estrutura empresarial, de modo a construir a proposta que será apresentada no prazo estabelecido.

14. O parágrafo primeiro do art. 55 da Lei 14.133 estabelece que eventuais modificações do edital exigem nova divulgação pelo mesmo modo adotado para a divulgação do edital original, com o cumprimento dos mesmos prazos antes fixados, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.**

15. A exceção contida na parte final do dispositivo traz a dúvida sobre quais alterações efetivamente comprometem a formulação das propostas. A resposta depende da análise do caso concreto, com base no princípio da razoabilidade. **Deve-se avaliar se a alteração produzida traz prejuízo para os potenciais interessados ou, ainda, se altera as condições de participação de modo a permitir a**

participação de outros que inicialmente não participariam. O Tribunal de contas da União <sup>[1]</sup> já se pronunciou neste sentido:

#### Enunciado

A alteração nas exigências de comprovação da qualificação técnica, sem a reabertura do prazo inicialmente estabelecido pelo edital, não configura afronta ao art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993, desde que não afete inquestionavelmente a formulação das propostas e, ainda, seja conferida publicidade e remanesça prazo razoável até a data da apresentação das propostas.

#### Resumo:

Representação relativa à licitação conduzida pela Superintendência Regional no Estado do Maranhão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), destinada à execução das obras de adequação de capacidade e de restauração/reabilitação de rodovia, apontara possível inabilitação indevida de licitante. Segundo a representante, os critérios de qualificação técnica utilizados pelo Dnit foram inadequados, na medida em que não foram aceitos atestados de execução de serviços similares. No caso concreto, o Dnit teria inabilitado a representante sob a alegação de que os atestados de serviços apresentados não eram similares aos serviços exigidos no edital e contrariaram as opções disponibilizadas pela Comissão de Licitação nos Cadernos de Perguntas e Respostas. Em juízo de mérito, o relator considerou que a inabilitação "atendeu aos critérios objetivos estabelecidos no certame", tendo em vista que os atestados dos serviços apresentados pela representante "não estavam previstos no edital nem estavam consignados no Caderno Perguntas e Respostas, como similares aos serviços...". Em seguida, apresentou considerações acerca de questão levantada na análise preliminar, relativa à necessidade de reabertura de prazo para apresentação das propostas tendo em vista a ampliação dos serviços aceitos a título de comprovação da qualificação técnica, promovida pela Comissão de Licitação no Caderno de Perguntas e Respostas: **"a ampliação dos atestados passíveis de serem apresentados como demonstração de qualificação técnica não afetou inquestionavelmente na formulação das propostas; considerando a publicidade conferida pelo Dnit aos esclarecimentos prestados ao licitante; e considerando o prazo de 8 dias úteis, no mínimo, entre o esclarecimento e a data da apresentação das propostas,** a configurar um período razoável para a juntada da documentação de habilitação cabível; compreendo que **não se faziam necessárias, no presente caso concreto, a nova divulgação do aviso da licitação e a reabertura do prazo da sessão de julgamento.** Na situação em exame, julgo que não houve violação ao art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993". O Tribunal, ao acolher proposta do relator, julgou improcedente a representação e rejeitou o pedido de medida cautelar formulado pela representante.*(grifos nossos)*

16. Considerando o enunciado no Acórdão TCU nº 2057/2013-Plenário <sup>[1]</sup>, verifica-se que a publicidade conferida pelo Dnit aos esclarecimentos prestados ao licitante e o prazo mínimo entre o esclarecimento e a data da apresentação das propostas foi decisivo para a dispensa de nova divulgação do aviso da licitação e a reabertura dos prazos, de sorte que tais pontos devem ser observados pela equipe técnica quanto a decisão de se reabrir (ou não) o prazo para apresentação das propostas.

17. A regra visa a garantir que todos os interessados em participar do certame tenham condições de formular propostas sérias e adequadas, devidamente adaptadas às novas condições estabelecidas após a alteração – independentemente de ter sido promovida por iniciativa do próprio ente licitante, como resultado de resposta a pedidos de esclarecimento ou de impugnações ao edital, ou por determinação judicial. **Em qualquer hipótese, o que importa é assegurar a devida publicidade, a isonomia entre os licitantes e, conseqüentemente, a efetiva oportunidade para qualquer interessado se adaptar às exigências do edital modificado.**

18. **Assim, se a alteração não inviabilizar a elaboração da proposta, o prazo original pode ser mantido,** sem necessidade de reabertura de prazos. Contudo, se a alteração acarretar, de modo inquestionável, mesmo que indiretamente, uma dificuldade intransponível para determinados interessados, inviabilizando a apresentação das propostas no prazo original, a republicação e a consequente reabertura dos prazos serão obrigatórias. Vejamos o que diz o Acórdão TCU nº 2898/2012-Plenário <sup>[2]</sup>:

**Enunciado**

Qualquer modificação dos critérios inicialmente fixados no ato convocatório exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**Voto:**

Aprecia-se representação formulada pela empresa [Engenharia Ltda.] acerca de supostas irregularidades na Concorrência n.º 001/2012, conduzida pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado do Piauí - Semar/PI, com vistas à contratação de empresa para execução das obras do sistema adutor Bocaina/Piauí II.

[...]

37. Em que pese a Semar/PI ter logrado afastar a irregularidade, com a exclusão do edital do item 5.3.3.6, referente ao capital social mínimo, a unidade técnica aponta falhas alusivas à publicidade dessa correção, já que não teria sido dada a ela ampla publicidade, uma vez que disponibilizada somente àqueles que estavam participando da licitação, bem assim não observada a reabertura de prazo estabelecida no art. 21, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

38. Conquanto compartilhe da preocupação da unidade técnica, **entendo que as falhas apontadas não foram capazes de restringir a competitividade ou mesmo afetar a formulação das propostas, consoante a expressa disposição legal**. De toda forma, registro que essa questão por si só não é capaz de alterar o mérito do presente processo.

19. Conforme o julgado acima, verifica-se que as readequações necessitam inevitavelmente de publicidade aos licitantes, mas não necessariamente a reabertura de prazo, quando não forem capazes de restringir a competitividade ou mesmo afetar a formulação das propostas.

20. *In casu*, denota-se da Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO (0059219661) que a inversão dos itens da planilha de composição de preços "**não implicará em nenhuma alteração no Edital, nem tampouco na Declaração Orçamentaria (0056995280), Estudo Técnico Preliminar 3 (0056971837), Minuta de Contrato 0056976960 e Plano de Contratações Anual SEOSP-2025 (0057326038)**". Ademais, indica "***que sob os aspectos exclusivamente técnicos a presente adequação apenas com a inversão dos quantitativos de dois itens da planilha, não configuram alteração substancial e não alteram as especificações do objeto***", bem como que "*a presente adequação não implica em qualquer alteração substancial da proposta não ensejando portanto republicação do Edital e recontagem de prazo*".

21. Como se observa, a equipe técnica responsável pela elaboração das peças internas do certame certifica de forma expressa que a adequação pretendida não configura alteração substancial a justificar eventual recontagem do prazo. Ao que se observa, o valor informado no corpo do edital inaugural, os requisitos de habilitação técnica e todos os demais requisitos mínimos de contratação restam inalterados, de sorte que apenas dois itens específicos da composição de preços foram equivocadamente invertidos. Ao se analisar tal contexto, somado ao atesto expresso do servidor responsável, de que sob o aspecto técnico inexistente necessidade de reabertura de prazo, por inexistir alteração substancial, tenho por viável a manutenção das datas destinadas para a abertura do certame, quanto mais quando se considera que ainda faltam mais de 30 (trinta) dias até a aefetiva abertura da sessão pública.

22. Importante consignar que houve a revisão da planilha orçamentária, **e por tratar-se de matéria de conhecimento técnico, conclui-se que a classificação quanto à natureza da alteração deverá ser realizado pela equipe técnica do órgão**, uma vez que a legislação deixa margem para o gestor decidir quanto à relevância da alteração para a formulação das propostas pelas participantes, bem como o saldo de prazo, para que as participantes possam readequar suas propostas, caso seja necessário.

23. Dito de outra forma, tem-se que compete a equipe técnica da setorial mensurar o real impacto que a inversão pretendida detém sobre a elaboração das propostas pelos proponentes, competindo a esta setorial orientar o consultante quanto aos requisitos e análises a serem verificadas. Se, de fato, inexistente prejuízos à competitividade e para a elaboração das propostas pelos licitantes, também não remanescem razões para reabertura de prazo.

24. Ressalta-se que quando ocorrer alterações no edital e seus anexos, em havendo manifestação técnica atestando que a alteração não acarretará prejuízos aos potenciais interessados ou, ainda, se não altera as condições de participação de modo a impossibilitar a participação de outros que inicialmente não participariam, **a republicação do edital e reabertura dos prazos mostra-se desnecessária**, por outro lado, caso as alterações sejam relevantes a ponto de que a alteração possa inviabilizar a elaboração da proposta e frustrar o princípio da competitividade, deverá ocorrer a republicação do edital e reabertura dos prazos.

25. **De qualquer forma, o atesto quanto à relevância das alterações deverá ser realizado pela equipe técnica da Secretaria**, conforme se verifica pela Informação nº 14/2025/SEOSP-ASCPO de (id. 0059219661), em que atesta *"que sob os aspectos exclusivamente técnicos a presente adequação apenas com a inversão dos quantitativos de dois itens da planilha, não configuram alteração substancial e não alteram as especificações do objeto"*, bem como que *"a presente adequação não implica em qualquer alteração substancial da proposta não ensejando portanto republicação do Edital e recontagem de prazo"*.

26. De todo modo, ainda que não haja a **republicação do edital**, as alterações deverão ser publicadas para a ciência dos licitantes.

#### 4. CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, **OPINA** a Procuradoria Geral do Estado pela possibilidade jurídica de realizar os ajustes pretendidos, pela possibilidade de alteração do edital e seus anexos:

I - Sem a republicação do edital e a consequente reabertura dos prazos, **desde que a equipe técnica ateste que alteração produzida não trará prejuízos aos potenciais interessados** ou, ainda, se não alterará as condições de participação originais que possam comprometer a competitividade, sendo que o referido atesto deverá ser realizado pela equipe técnica da Secretaria, publicada para a ciência dos licitantes.

II - Com a republicação do edital e a consequente reabertura dos prazos, caso a equipe técnica ateste que a alteração produzida seja substancial a ponto de trará prejuízos aos potenciais interessados ou, ainda, se alterará as condições de participação de modo a impossibilitar a participação de outros que inicialmente não participariam.

28. Submeto o presente à apreciação superior, nos termos do art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620, de 20 de junho de 2011, por não encontrar-se nas hipóteses de dispensa de aprovação previstas na Portaria nº 136, de 09 de fevereiro de 2021 (id. 0016126663), bem como na Resolução nº 08/2019/PGE/RO (id. 0017606188).

Porto Velho, data certificada pelo sistema.

**ALISSON CESAR DE CARVALHO**

Procurador do Estado

Diretor da PGE-SEOSP

Acórdão TCU nº 2057/2013-Plenário <sup>[1]</sup>

Acórdão TCU nº 2898/2012-Plenário <sup>[2]</sup>



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Cesar de Carvalho, Procurador(a) Diretor(a)**, em 15/04/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059282068** e o código CRC **D02BD15F**.

---

**Referência:** Caso responda este Informação, indicar expressamente o Processo nº 0069.003237/2024-33

SEI nº 0059282068